

DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS: PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

Daniel Rodrigo Strelow (FURB),
Tatiane Thais Lasta (FURB),
Luis Claudio Krajevski (FURB)

1 Introdução

O Estado de Santa Catarina costumeiramente é rotulado como privilegiado, em relação as demais unidades da federação, no que tange a indicadores socioeconômicos. Contudo, mesmo esta condição não o exime de desigualdades. Inserido no contexto brasileiro, é marcado por disparidades, evidenciadas nas regiões, bem como entre a população. Diante de um cenário de contradições, o surgimento de alternativas parece evidente, dentre as quais se destacam as experiências de Economia Solidária.

Dessa forma, o objeto deste artigo é justamente apresentar um breve panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, inserido num contexto socioeconômico desigual. Para tanto, utilizamos dados do “Atlas da Economia Solidária” dos anos de 2007 e 2013, ambos organizados pela Secretaria Nacional da Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, analisamos dados socioeconômicos do IBGE.

Com fins de lograr o intento proposto, este artigo está dividido nas seguintes sessões: após esta sessão introdutória, é apresentado breve debate sobre economia solidária, visando identificar sua origem e importância. A seguir, problematizamos o desenvolvimento catarinense buscando compreender os impactos do modelo de desenvolvimento vigente. Posteriormente, apresentamos um panorama da Economia Solidária em Santa Catarina, procurando constatar sua importância e dimensão no contexto do desenvolvimento regional. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 Economia Solidária, uma discussão inicial

O surgimento da Economia Solidária ocorreu ao longo do século XVIII, após a revolução industrial (Rangel, 2012). Com a geração de desemprego ocorrida diante da mecanização, parte dos trabalhadores se encontravam à margem do modo de produção capitalista. Diante da precarização do trabalho, alguns empresários buscavam a aprovação de

leis que possibilitassem uma proteção e melhoria nas condições dos trabalhadores. Destaque para a atuação do inglês Robert Owen, o qual ao longo de sua vida viria a implementar inúmeras iniciativas nas quais o princípio da solidariedade estava presente (Singer, 2002).

Posteriormente, a alternativa criada para superar os óbices ocasionados pelo capitalismo industrial se baseava na ideia do cooperativismo. Paralelo ao fortalecimento de empreendimentos cooperativos, os trabalhadores passaram a intensificar a criação de sindicatos e associações, as quais buscavam não só garantir melhores salários, mas também substituir os empregadores, através da autogestão (Singer, 2002). Durante algum tempo as iniciativas cooperativistas se tornaram uma forma de alternativa ao capitalismo, originando o que viria a ser a Economia Solidária (Singer, 2002).

No Brasil, as iniciativas relacionadas ao cooperativismo se iniciaram no início do século XX (Singer, 2002). Contudo, as experiências cooperativistas brasileiras, no seu início, não apresentavam a característica de serem autogestionárias, situação que só veio a ocorrer com as cooperativas (ou associações produtivas) criadas a partir das décadas de 1980/1990 (Singer, 2002). Ao longo da década de 1990 e início da primeira década do novo milênio, surge o movimento de economia solidária no Brasil. Este é resultado do movimento social e sindical como resposta ao crescimento do desemprego estrutural. Necessitava-se gerar trabalho e renda para pessoas excluídas do processo de reestruturação do mundo do trabalho e da economia (Favarin, 2010).

Apesar das iniciativas e ações relacionadas a Economia Solidária serem de longa data, somente no início dos anos 1990 que a expressão economia solidária surgiu, nos estudos de Jean Louis Laville e Bernard Eme (França Filho, 2001). Esta expressão visava aproximar as questões de iniciativa e solidariedade de forma associativa (França Filho, 2001). No Brasil, a utilização do termo está ligada ao pesquisador Paul Singer (Rangel, 2012), sendo que a economia solidária representa uma nova forma do cooperativismo. Esta nova forma de cooperativismo representaria um resgate aos princípios cooperativistas, valorizando a democracia e igualdade em suas iniciativas, além da autogestão (Singer, 2002). Esta concepção explicita a ideia de Singer, a qual demonstra que a economia solidária seria uma alternativa ao capitalismo.

Entretanto, o termo Economia Solidária compreende vários significados. Rangel (2012) apresenta um esboço que contempla algumas acepções e significados da economia solidária: economia da dádiva, economia da comunhão, economia do trabalho, economia popular, economia da solidariedade, economia popular solidária, economia moral, economia

social, outra economia, redes de colaboração solidária e socioeconômica solidária. Cada significado acima representa um entendimento diferente acerca da economia solidária, mesmo que alguns sejam inter-relacionados. Quanto as características da economia solidária, Gaiger, *apud* Rangel (2012), destaca os seguintes aspectos: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Independente da melhor definição ou abordagem sobre a Economia Solidária é essencial analisar quais são suas perspectivas e possibilidades. Neste sentido, diante de um panorama em que a Economia Solidária vem ganhando espaço, inclusive dentro da pauta governamental, debater suas perspectivas é fundamental. Alguns autores nos auxiliam neste sentido. Wirt et al. (2001), considera possível elencar quatro principais perspectivas teóricas da Economia Solidária, conforme descrição a seguir.

A primeira vertente trata a Economia Solidária como possibilidade de superação do capitalismo. Esta perspectiva remonta a possibilidade de que a economia solidária substituiria gradativamente o capitalismo. Por um momento a economia solidaria existiria em paralelo ao capitalismo, mas com o passar do tempo, este seria superado pela economia solidária (Wirt et al., 2001). Desta forma, Singer (2002) destaca que a economia solidária não seria apenas uma simples alternativa ao capitalismo, mas também, teria condições de superá-lo, substituindo-o.

A segunda corrente trata a Economia Solidária como sendo complementar ao sistema capitalista. De acordo com Wirt et al. (2001), os autores desta corrente entendem que o capitalismo seria o modelo majoritário, mas não o único. Desta forma, existem outras alternativas econômicas ao capitalismo, neste caso, a economia solidária. Isto indica que a economia solidária, sendo uma alternativa, complementaria o capitalismo, pois não seria exatamente o oposto do sistema capitalista em si, mas uma forma que possibilitaria vantagens a quem estivesse à margem do capital.

No que tange a terceira tendência, de acordo com Wirt et al.(2001), esta considera a economia solidária sob a ótica da economia popular. A economia solidária seria uma alternativa, dentre outras, para àqueles excluídos ao sistema capitalista. Entretanto, a economia solidária *per se* não teria condições para superar a lógica capitalista, pois mesmo que exista a conscientização dos males do capitalismo, esta é insuficiente para superar o modo de produção capitalista.

A quarta e última perspectiva aqui examinada se refere a autogestão. A autogestão configuraria o trabalho auto gestor como meio e fim das lutas dos trabalhadores (Wirt et al., 2001), permitindo a constituição de uma espécie de “socialismo auto gestor” (Wirt et al 2011., p. 202) o qual avançaria para além do capital.

3 A dinâmica desigual em Santa Catarina

Apesar de apresentar indicadores socioeconômicos mais elevados que outros Estados, cabe questionarmos o desenvolvimento vigente em Santa Catarina. Um exame mais minucioso revelará a existência de expressivas disparidades entre regiões e desigualdades entre os indivíduos. No intuito de problematizar o desenvolvimento catarinense, se pretende nesta sessão analisar alguns dados socioeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o índice de GINI. Os dois primeiros são comparados usando como base o recorte das mesorregiões¹ do IBGE.

A população residente no Estado de Santa Catarina alcançou o patamar de 6.248.436 habitantes em 2010, aumento de 7% em relação a 2007, sendo que o Estado detém área de 95.703,487 km² e representa 1,12% do território brasileiro.

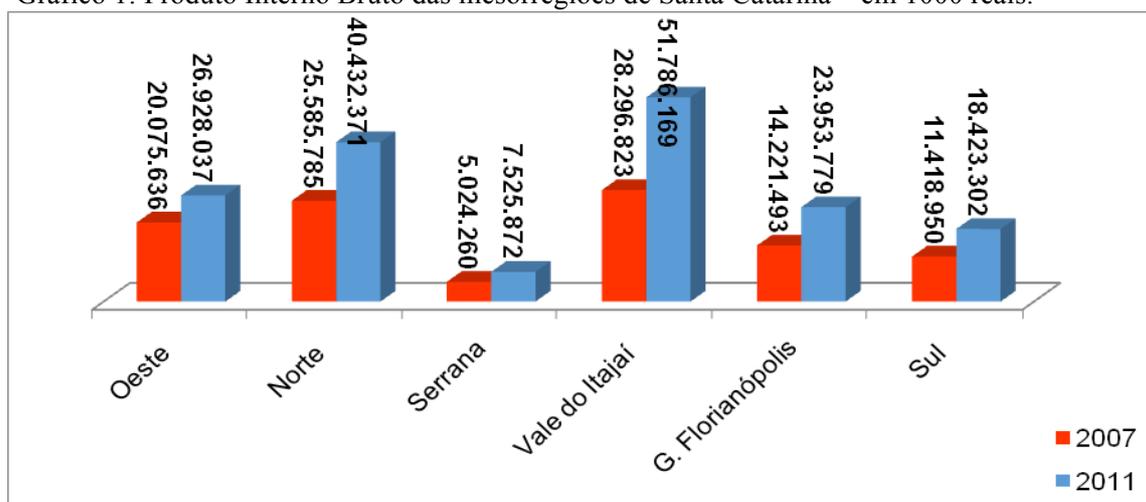
Principiemos pela análise da concentração de renda, medida através do Índice Gini². Em Santa Catarina tal indicador apresentou melhora ao longo dos anos. Em 2007 o nível de concentração de renda estava em 0,463, diminuindo para 0,424 em 2012. Cabe ressaltar que, embora se tenha uma melhora neste índice, quase a metade da renda ainda concentra-se em uma pequena parcela da população catarinense.

Outro dado importante é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB estadual experimentou crescimento considerável no período examinado. Passou de R\$ 104,6 bilhões em 2007 para R\$ 169 bilhões em 2011, representando um crescimento de 61,58% nesse período. O gráfico um indica a participação das mesorregiões no PIB estadual em 2007 e em 2011.

¹Santa Catarina catarinense abrange 293 municípios e é formada por 6 mesorregiões: Grande Florianópolis (21 municípios), Norte Catarinense (26 municípios), Oeste catarinense (118 municípios), Serrana (30 municípios), Sul Catarinense (44 municípios) e Vale do Itajaí (54 municípios).

²O índice de gini é utilizado como um dado capaz de medir a concentração de renda das regiões quanto mais próximo de 0,00 perfeita igualdade quanto mais próximo à 1 perfeita desigualdade.

Gráfico 1: Produto Interno Bruto das mesorregiões de Santa Catarina – em 1000 reais.



Fonte: IBGE, 2014.

A mesorregião do Vale do Itajaí é a que apresenta a maior participação no PIB catarinense: em 2007 era de 27,05% e em 2011 passou a deter 31% da riqueza estadual. Esta região concentra a maior parte das empresas têxteis do Estado, sendo referência nacional e internacional na produção deste setor. Além disso, em Itajaí situa-se o maior porto do Estado. Esses são alguns fatores que explicam a participação da região no PIB.

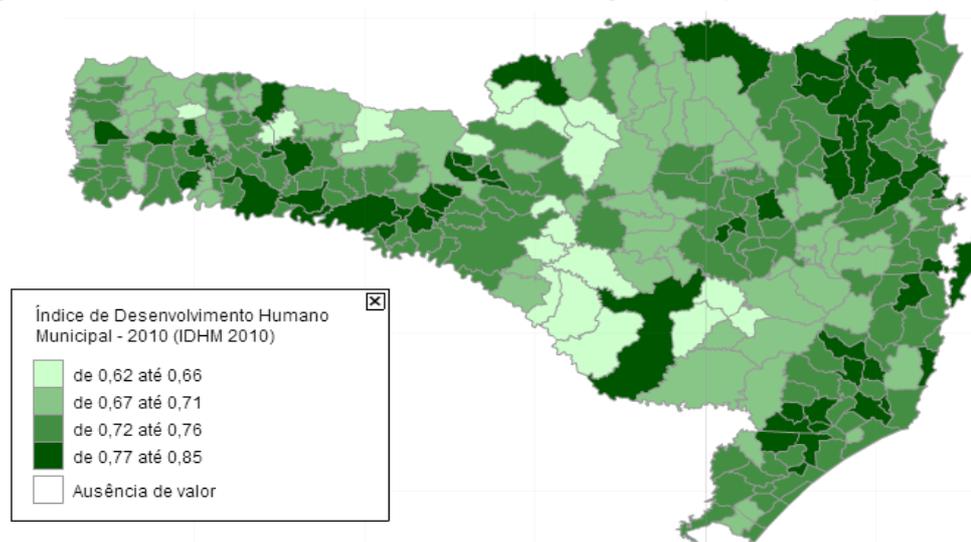
A mesorregião Norte (24,46% em 2007 e 24% em 2011) e a Oeste (19,19% em 2007 e 16% em 2011) estão na segunda e terceira posição, respectivamente. As mesorregiões Grande Florianópolis e Sul Catarinense aparecem na sequência com uma menor fatia do PIB de Santa Catarina. A menor participação está na mesorregião Serrana, não chegando nem a 5% da participação do PIB estadual. Evidencia-se que esta região está muito aquém das demais, figurando-a como a mais pobre, segundo este indicador.

Este panorama de concentração pode ser analisado como fruto do que Harvey (2004) chama de desenvolvimento geográfico desigual. Fatores capazes de explicar o subdesenvolvimento da região do planalto catarinense seriam a concentração de grandes

propriedades improdutivas e o pouco investimento nesta mesorregião, justamente pelo fato de que o capital tende a locomover-se no espaço e investir nas áreas que sejam mais atrativas (fácil escoamento da produção, mercado e rendimento altos).

Outro indicador importante para a análise, e que não se limita ao crescimento econômico, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na figura abaixo são demonstrados dados de IDHM³ para os municípios das mesorregiões do estado de Santa Catarina. Quanto mais escura for a cor verde, mais alto é o IDHM.

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 (IDHM 2010) – Santa Catarina



Fonte: IBGE (2014)

A mesorregião do Vale do Itajaí é a que apresenta mais municípios na faixa mais alta (de 0,77 até 0,85), com destaque para os municípios de Blumenau (0,806), Balneário Camboriú (0,845), Rio do Sul (0,802), Itajaí (0,0795) e Brusque (0,795). Na mesorregião Oeste, os municípios que apresentam maiores índices de IDHM são: Joaçaba (0,827), São Miguel do Oeste (0,801), Concórdia (0,800) e Chapecó (0,790). Na mesorregião Norte os melhores resultados são observados nos municípios de Joinville (0,809) e Jaraguá do Sul (0,803). No Sul, destaque para os municípios de Rio Fortuna (0,806), Criciúma (0,788) e Tubarão (0,796). A mesorregião da Grande Florianópolis apresenta melhores resultados nos municípios de Florianópolis (0,847), São José (0,809) e Santo Amaro da Imperatriz (0,781). Todavia, a mesorregião Serrana de Santa Catarina conta apenas com o município Lages

³O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O indicador é composto por três indicadores: de Vida Longa e saudável; Acesso ao conhecimento; padrão de vida.

(0,770) em “verde escuro”. A segunda faixa de IDHM considerada pelo mapa é entre 0,72 a 0,76. Neste caso, há grande quantidade municípios nas mesorregiões do Norte e Oeste catarinense. Nas condições abaixo de 0,71 até 0,67, considerado IDHM mais baixo no mapa, a mesorregião Serrana de Santa Catarina apresenta a maior quantidade de municípios (verde-claro), sendo que o Meio Oeste também exhibe vários municípios nesta situação. Não obstante, aparecem discrepâncias em outras regiões, as quais apresentam por um lado municípios com IDHM muito alto, de outro, municípios com baixo IDHM.

Sendo assim, tal panorama de concentração pode ser visto como fruto de um desenvolvimento geográfico desigual que perdura no território catarinense, e que vem assumindo novas e diferentes formas ao longo do tempo (Theis, 2009). Após uma breve análise dos indicadores, não é difícil chegar à conclusão de que o modelo de desenvolvimento vigente se mantém e é pulsado pelas desigualdades regionais e marcado pelo que se chama de desenvolvimento geográfico desigual. Este sustenta que as desigualdades são produzidas pelo próprio modelo de desenvolvimento, observadas nas diferenças expressivas das paisagens das regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. E como nos recomenda Harvey (2004), é a acumulação de capital, com bases no livre mercado, que produz as diferenciações geográficas em termos de riqueza e poder.

Diante de um cenário de contradições, experiências alternativas ganham espaço. É o caso da Economia Solidária, que discutiremos no próximo capítulo.

4 Panorama da economia solidária em Santa Catarina

Nesta sessão, apresentaremos breve panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina. Para tanto, foram utilizados dados do Atlas da Economia Solidária dos anos de 2007 e 2013, ambos organizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Procuramos, num primeiro momento, comparar os dados disponíveis nos dois períodos e, posteriormente, organizar um balanço com os dados mais recentes (apenas 2013).

Conforme a tabela 1 evidencia-se que em 2007 havia 690 empreendimentos de economia solidária no Estado, distribuídos nas seis mesorregiões. O destaque ficava para a mesorregião Oeste, com 320 experiências. O último levantamento mostrou um crescimento de 10,72% destes, elevando o número de experiências solidárias para 764. A mesorregião Oeste continua concentrando a maioria dos empreendimentos, com 53,53%.

Vale destacar que três mesorregiões experimentaram uma queda no número de práticas solidárias: Região Norte (-8,82%), Região do Vale do Itajaí (-16,48%) e a Grande Florianópolis (-29,58%). O Sul apresentou o maior crescimento (35,94%), seguido do Oeste (27,81%).

Tabela 1: Número de experiências de Economia Solidária em Santa Catarina – 2007 e 2013.

Mesorregiões/Estado	Experiências de Ecosol		Variação (%)
	2007	2013	
Oeste Catarinense	320	409	27,81%
Norte Catarinense	102	93	-8,82%
Serrana	42	49	16,67%
Vale do Itajaí	91	76	-16,48%
Grande Florianópolis	71	50	-29,58%
Sul Catarinense	64	87	35,94%
Total Santa Catarina	690	764	10,72%

Fonte: MTE, 2007;2013.

Apesar do aumento em relação ao número de empreendimentos, o número de pessoas associadas teve leve queda de 6,67%. Enquanto em 2007 estas atividades envolviam 127.644 pessoas, em 2013 o número de pessoas envolvidas diminuiu para 119.124. Mesmo que em pequena proporção, a participação das mulheres teve elevação. Se em 2007 era de 31,22% ante 68,78% dos homens, em 2013 passou a ser de 35,49% para 64,51%. Destaque para o fato que 62,91% das funções de coordenação das atividades solidárias eram ocupadas por mulheres em 2013.

Tabela 2: Número de sócios das experiências de Economia Solidária em SC - 2007 e 2013.

Macrorregiões/Estado	Número de sócios das experiências de economia solidária					
	2007			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Oeste Catarinense	55.950	28.614	84.564	56554	32.362	88916
Norte Catarinense	20.777	6.010	26.787	7640	3.341	10981
Serrana	1.915	1.232	3.147	3651	2.517	6168
Vale do Itajaí	2.509	986	3.495	3302	1.676	4978
Grande Florianópolis	2.858	2.278	5.136	2961	1.222	4183
Sul Catarinense	3.783	732	4.515	2734	1.164	3898

Total Santa Catarina	87.792	39.852	127.644	76842	42282	119124
-----------------------------	---------------	---------------	----------------	--------------	--------------	---------------

Fonte: MTE, 2007;2014.

Quanto a forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária, em 2007, a maioria estava sob forma de “associação” (326 ou 47,25%), seguida da forma “cooperativa” (201 ou 29,13%) e pela forma de “grupo informal” (143 ou 20,72%). Os demais (20) organizavam-se em forma de sociedade mercantil ou outros. Com relação ao levantamento de 2013, este apresentou algumas mudanças. Apesar da “associação” continuar predominante, ela experimentou queda (passou a 42,54%) e a forma de “grupo informal” passou a figurar como a segunda opção na organização das iniciativas solidárias: 239 casos (32,21%). A forma “cooperativa” ficou com 189 empreendimentos (24,74%). Os organizados em forma de sociedade mercantil ou outros era em número de onze.

A partir do Atlas de 2013 é possível verificar a distribuição dos empreendimentos solidários por área de atuação. Neste quesito, ficou evidente a presença dos mesmos no meio rural catarinense: 56,54% têm estas características. Sem contar que outros 18,32% têm características “híbridas”, ou seja, tem atuação urbana e rural. Considerando as mesorregiões, apenas a Grande Florianópolis e o Norte têm predominância da cidade (70% e 51,61%).

Tabela 3: Área de atuação das experiências de Economia Solidária em Santa Catarina – 2014.

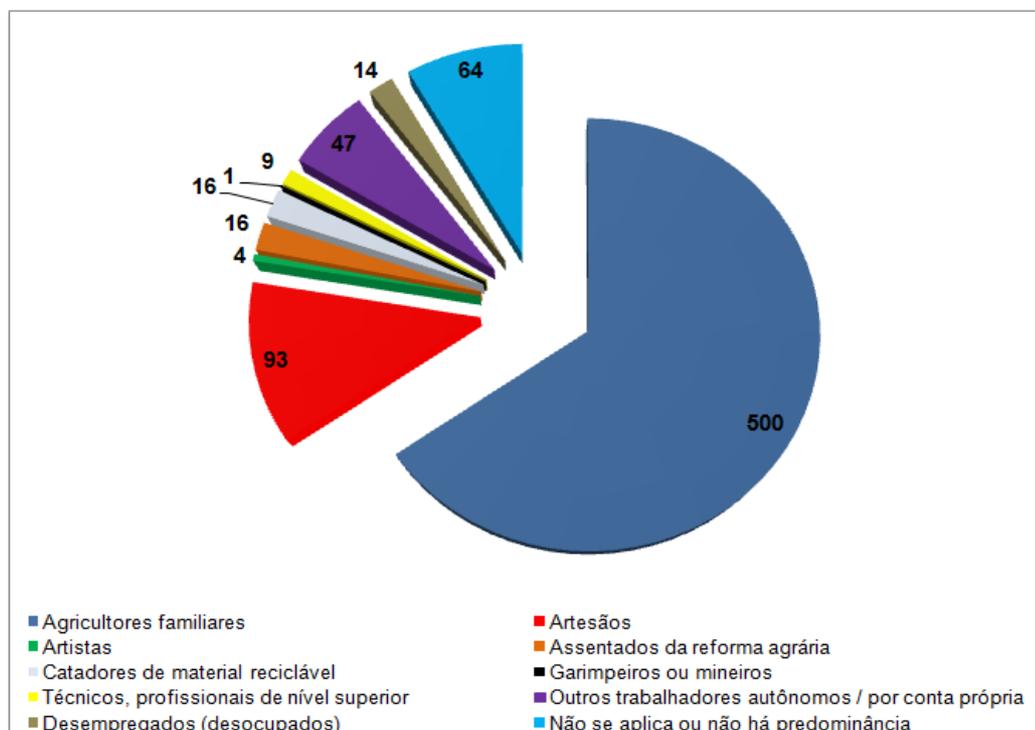
Macrorregiões/Estado	Distribuição das experiências por área de atuação						Total 2013
	Rural	%	Urbana	%	Rural e urbana	%	
Oeste Catarinense	280	68,46%	50	12,22%	79	19,32%	409
Norte Catarinense	32	34,41%	48	51,61%	13	13,98%	93
Serrana	27	55,10%	13	26,53%	9	18,37%	49
Vale Do Itajaí	42	55,26%	30	39,47%	4	5,26%	76
Grande Florianópolis	6	12,00%	35	70,00%	9	18,00%	50
Sul Catarinense	45	51,72%	16	18,39%	26	29,89%	87
Total Santa Catarina	432	56,54%	192	25,13%	140	18,32%	764

Fonte: MTE, 2014.

Corroborando com o fato que mais da metade dos empreendimentos tem sua atuação na área rural, a categoria predominante dos associados da Ecosol catarinense é a dos agricultores familiares: estão presentes em quinhentos empreendimentos (65,45%). A segunda categoria é a dos artesãos (presente em 93, ou melhor, 12,17% dos casos). Destaque ainda

para a presença de um grupo de garimpeiros/mineiros no Sul e dos desempregados e assentados da reforma agrária, com maior presença na mesorregião Oeste.

Gráfico 2: Categoria social dos associados da Economia Solidária em SC – 2014.



Fonte: MTE, 2014.

Um dado interessante presente no Altas Digital de 2013 é o resultado econômico que os empreendimentos solidários apresentam, com base no ano anterior à entrevista (sem contar as doações de recursos). De acordo com ele, 55,37% das iniciativas solidárias de Santa Catarina puderam pagar as despesas e ainda ter excedente. Outros 25,52% puderam pagar suas despesas, mas sem excedente. De outro lado, apenas 8,64% deles não conseguiram pagar todas as despesas, ao passo que 10,47% não se enquadraram neste questionamento. Destaca-se que mais de 80% dos empreendimentos tiveram êxito em sua atividade, um número expressivo e que indica a importância da Economia Solidária em Santa Catarina.

A motivação para criação dos grupos de Economia Solidária é muito importante quando se pensa em alternativa ao modelo hegemônico. Neste quesito, as maiores motivações foram a geração de renda (alternativa complementar a renda: 18,46%, maiores ganhos: 15,58%, alternativa ao desemprego: 7,10%). Outra motivação expressiva foi o desejo de desenvolver uma atividade sem “patrões”, ou seja, um empreendimento econômico em que

“todos são donos”: 13,93%. O “desenvolvimento comunitário” também é lembrado por 8,76% dos grupos.

As principais conquistas relatadas pelos associados da economia solidária no Estado foram: geração de renda (27,29%), integração coletiva (23,64%), prática da autogestão e cidadania (16,83%) e compromisso social dos participantes (13,98%). Quanto aos desafios, ganhou relevo as questões relacionadas a viabilidade financeira dos empreendimentos (geração de renda: 18,36%; viabilidade econômica: 15,92%), bem como a necessidade de manter a união do grupo (15,40%), a preocupação ambiental (11,14%) e a articulação com os demais movimentos e práticas solidárias (10,91%)

Importante destacar que 49,08% dos empreendimentos de Economia Solidária no Estado participam de alguma rede ou fórum ligado à prática solidária e 50,92% deles mantém relação com movimentos sociais, populares e sindicatos. Estas relações são essenciais para o desenvolvimento destas práticas. Principalmente quando se pensa no fortalecimento da Economia Solidária e no aprofundamento de suas atividades, a participação nas redes e fóruns é fundamental.

5. Considerações finais

A proposta deste artigo foi apresentar um breve panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, inserido em um contexto socioeconômico desigual. Como ficou evidente, o Estado catarinense é permeado por um desenvolvimento geográfico desigual, consequência e condição para a acumulação capitalista. Justamente neste cenário de contradições, parcelas da população procuram promover sua inserção na economia local através de empreendimentos de economia solidária. Não por acaso, houve crescimento das práticas solidárias, o que nos indica que as desigualdades continuam e que estas práticas contribuem para que parte da população melhorem suas condições socioeconômicas e tenham acesso a uma vida mais digna.

Retomando a discussão sobre as perspectivas da Economia Solidária, não é possível fazer uma simples classificação, já que as experiências solidárias são heterogêneas e carregam inúmeras características, ora em comum, ora divergentes. Uma inferência evidente é que a grande maioria dos envolvidos enxergam tais práticas como uma alternativa frente as dificuldades enfrentadas diante da competição capitalista. Não por acaso, a geração de trabalho e renda é a mais lembrada. Independentemente dos resultados serem mais ou menos

expressivos, torna-se explícito que as iniciativas de economia solidária estão se fortalecendo ao longo do tempo, constituindo uma alternativa aos trabalhadores e contribuindo para o desenvolvimento local/regional.

Por outro lado, outro elemento importante, evidenciado nas motivações e conquistas dos associados das experiências solidárias, foi a prática da autogestão e o desenvolvimento de uma atividade econômica “sem patrões”. De fato, são características de negação do sistema hegemônico. Sendo assim, a economia solidária é também um espaço de prática da autogestão e, portanto, de possível generalização desta na sociedade.

Dessa maneira, nossa sugestão é a continuidade no incentivo e no fomento das práticas solidárias. Faz-se necessário a promoção de redes que articulem estas práticas nos mais diversos níveis e é claro, o constante trabalho dentro dos próprios grupos, das características de negação ao sistema dominante, para que sejam, como sugere umas das correntes anteriormente examinada, um dos pontos de partida para outro tipo de sociedade.

Referências bibliográficas

Favarin, A. R. 2010. A construção de políticas públicas de economia solidária: estado e sociedade civil devem se completar? Anais de IV Encontro de Economia Catarinense. [Online], disponível:

http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20social%20e%20pol%edticas%20p%fablicas/A%20constru%e7%e3o%20de%20pol%edticas%20p%fablicas%20de%20economia%20solid%e1ria%20estado%20e%20sociedade%20civil%20devem%20se%20completar.pdf [Acesso em 08 de dezembro de 2014].

França Filho, G. C. 2001. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. Sociedade e Estado, volume 16, nº 1-2. [Online], disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext [Acesso em 09 de outubro de 2014];

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves.

IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. Índice Gini Santa Catarina. [Online]. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. Produto Interno Bruto dos Municípios. [Online], Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

IDHM. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. [Online] Disponível em; http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ Acesso em: 02 de julho de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretária Nacional de Economia Solidária. Consultas Gerais 2007. [Online], Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html> Acesso em: 08 de dezembro de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas2013. [Online], Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html> Acesso em 08 de dezembro de 2014.

Rangel, R. R.; Manolescu, F. M. K. 2012. Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. Educação, Gestão e Sociedade, 8 (2). [Online], disponível: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero08/economiaSolidaria.pdf> [Acesso em 08 de outubro de 2014].

Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, I. M. 2009. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos cadernos NAEA*. v. 12, n. 2, p. 241-252, [Online], disponível: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/324> [Acesso em 08 de dezembro de 2014].

WIRT, Iolli G.; FRAGA, Laís; NOVAES, Henrique T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, Eraldo L.; NOVAES, Henrique T. (org.). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, p. 191-218, 2011.